



A história das casas dos presidentes da república paulistas que circulou nos órgãos de patrimônio

LUCÍLIA S. SIQUEIRA*

Esta comunicação trata de duas casas oitocentistas do interior paulista que foram tombadas nos níveis federal e estadual entre o final da década de 1960 e o começo da década de 1970. O estudo das edificações onde viveram os Presidentes da República Prudente de Moraes (1841-1902) e Rodrigues Alves (1848-1919), situadas em Piracicaba e em Guaratinguetá, respectivamente, insere-se numa pesquisa que tem procurado examinar bens culturais do território paulista oriundos do período cafeeiro, entre 1830 e 1930, sob o ponto de vista dos conteúdos históricos que lhes foram atribuídos.

Na atualidade, entendemos que a proteção oficial deve servir à preservação do que é importante para a sociedade e do que compõe a memória de grupos sociais anteriormente desconsiderados; por isso, temos concentrado esforços no patrimônio imaterial, o que, seguramente, deve ser tomado como um avanço nas políticas de memória do país. (ARANTES, 2010) Entretanto, persistem entre nós as edificações remanescentes da gente abastada e poderosa, que tombamos desde os meados do século XX e que vimos mantendo quase exclusivamente com dinheiro público; mais ainda, tais edificações permanecem sendo visitadas pelos cidadãos e continuam veiculando informação sobre o passado.

Assim, temos como ponto de partida deste estudo a necessidade de ressignificar tais bens tombados para alcançar abordagens históricas que ecoem nos múltiplos interesses da atualidade.¹ Refletindo sobre os valores e conteúdos históricos que foram mobilizados nos órgãos de patrimônio quando do tombamento e sobre os elementos de passado que ao longo das décadas justificaram a conservação dessas edificações oriundas da sociedade cafeeira paulista, pretendemos contribuir para a atualização da história veiculada nesses bens tombados. (CASTRIOTA, 2011)

* Professora de História, Memória e Patrimônio do Departamento de História/EFLCH, na Universidade Federal de São Paulo-Unifesp.

¹ Embora ainda não tenhamos no Brasil as pesquisas que objetivam compreender o que e como os diferentes grupos sociais querem saber sobre o passado. Em outros países, podemos lembrar os trabalhos de David Lowenthal, Michael Frisch, Beverley Southgate, Roy Rosenzweig, James Loewen, Lois e James Horton, Andrew Hurley e Dolores Hayden. Alguns deles, como Hurley e Hayden, têm-se debruçado sobre novas formas de conhecer o passado como parte de grandes projetos de reurbanização. Outros, como Loewen, têm buscado denunciar os engodos que se veiculam nos “lugares históricos”. Os Horton analisaram os museus-casas de presidentes da república dos Estados Unidos. Nas referências do final do texto, apresentamos alguns destes trabalhos.

Esta fala divide-se em três partes: a primeira apresenta a casa de Prudente de Moraes, seus tombamentos e a trajetória de conservação por que passou desde então, com especial atenção aos conteúdos históricos que foram veiculados nos órgãos de patrimônio desde a década de 1960 até os últimos projetos de restauro, datados do começo deste século; a segunda faz o mesmo para a casa de Rodrigues Alves; na terceira parte, apontamos as coincidências entre os bens tombados quanto ao tratamento recebido na história e quanto à maneira como estas edificações se relacionaram com os museus históricos que nelas se instalaram.



Figura 1: Fotografia da lateral e fachada da casa de Prudente de Moraes, inserida num conjunto de nove imagens que compõem o parecer de Carlos Lemos, em julho de 1972.

Fonte: (CONDEPHAAT. Processo 7861/69: f.10-ss)

A casa onde viveu Prudente de Moraes – que foi Presidente da República do Brasil entre os anos de 1894 e 1898 – situa-se no centro da cidade de Piracicaba/SP, na Rua Santo Antonio número 641. Foi comprada pelo futuro Presidente quando ainda estava em construção, no final dos anos de 1860. Ali, Prudente de Moraes residiu com a família até a data de sua morte, ocorrida num dos quartos da casa.

Ainda no primeiro terço do século XX, o imóvel passou a ser ocupado por escolas, e os herdeiros terminaram por vendê-lo à Prefeitura Municipal. Na década de 1940, a propriedade passou a pertencer ao Estado de São Paulo; em 1957, o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes instalou-se no local e ali permanece até hoje.

Em abril de 1963, o diretor do Museu pediu o tombamento da casa ao órgão federal de patrimônio.² Em setembro de 1969 o Conselho do Iphan aprovou o tombamento; contudo, no final dos anos 1990 pesquisas da Regional de São Paulo revelaram que o tombamento da Casa de Prudente de Moraes não se tinha efetivado, por falhas burocráticas. Dessa forma, o tombamento federal somente se consolidou em 2002. (IPHAN. Processo 714-T-63)

Em 1969, já no encaminhamento final para a aprovação do tombamento federal, ainda no início das atividades do Conselho de Defesa do Patrimônio paulista – o Condephaat – (RODRIGUES, 2000), abriu-se o processo de tombamento estadual da casa, cuja resolução e inscrição no Livro Histórico deram-se nos meados de 1973. (CONDEPHAAT. Processo 7861/69) (GRIGOLETO, 2009)

Além dos processos de tombamento, dispomos de informação sobre como se deu o uso e a conservação da casa piracicabana, incluídos alguns restauros, por meio de processos arquivados junto ao órgão de patrimônio estadual (CONDEPHAAT. Processo 53.621/06)³ e devido à nova discussão do tombamento que se deu em 1999 na Superintendência do Iphan em São Paulo, cujos autos foram acrescentados ao processo de tombamento federal (IPHAN. Processo 714-T-63: f.67-ss).

Para discutir os conteúdos históricos mobilizados pelos órgãos de patrimônio e o modo como estes se articulam com a instituição museal instalada no bem tombado, objetivo desta comunicação, selecionamos as seguintes situações entre os autos pesquisados.

Primeiramente, lembremos a vistoria realizada na casa de Piracicaba pelo arquiteto Carlos Lemos em julho de 1972, quando informa que, construída em 1870, a edificação apresenta “certo interesse”, mas não pode ser inserida na “listagem dos exemplares urbanos de grande valor artístico ou arquitetônico do ciclo do café”. Descrevendo a casa, Lemos caracteriza sua planta como “típica das casas térreas urbanas de nossas cidades [paulistas] da segunda metade do século XIX”: um corredor central que levava da rua à varanda, à sala de estar e de jantar, e era ladeado na frente pelas salas de visita e na parte central pelos dormitórios e alcovas. No fundo da casa, sob puxados, ficavam os serviços e, na frente, entre

² Naquela altura, o órgão federal de patrimônio chamava-se DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste texto, usaremos somente a denominação IPHAN, de Instituto. O mesmo vale para a instância paulista deste órgão federal, que aqui denominaremos “regional paulista”.

³ Em agosto de 2009 foi determinada a junção dos processos 20.041/76, 22.526/83 e 53.621/06, cf. f.70. Doravante, serão indicados os processos mais antigos embora todos esses autos estejam armazenados sob a numeração do processo mais recente, de 2006.

o corredor e a porta, havia uns poucos degraus.⁴ Segundo ele, os tijolos e as vergas ogivais já eram comuns naquela época e podiam ser vistos em outras partes do país, como Petrópolis, Ouro Preto, Santos etc. Esse arremate ogival expressava a presença do imigrante europeu que havia transgredido as “regras ortodoxas de nossa arquitetura tradicional”. Nas últimas linhas, Carlos Lemos dá seu parecer: “Finalizando, somos a favor do tombamento do citado imóvel, lembrando, porém, que devem prevalecer as razões históricas sobre as arquitetônicas, pois Prudente de Moraes foi um grande brasileiro, ótimo político e medíocre arquiteto, pelo visto.” (CONDEPHAAT. Processo 7861/69: f.10-11)

Na metade da década de 1980, o MHP Prudente de Moraes pede obras de melhoria, como a construção de mais salas de exposição e outras instalações. Nos estudos para proceder às reformas e ao restauro, o arquiteto Paulo Sgarbi, pelo Condephaat, mostrou sensibilidade para a configuração residencial primitiva do bem, lembrando que “esta propriedade merecia o título de chácara” e que isso já era sabido desde os estudos para o tombamento, nos anos de 1960, pois uma carta de Prudente de Moraes Neto trazia suas lembranças das férias que passara na casa. Assim como Carlos Lemos afirmara dez anos antes, Sgarbi aponta que o quintal da casa fora deturpado pelas construções que o uso das escolas deixou no local, e por isso sugere “demolir todos os anexos espúrios que comprometem a composição original.” (CONDEPHAAT. Processo 22.516/83: f.41-42)

Sob o Conselho de Patrimônio piracicabano – o CODEPAC –, em 2008, faz-se o projeto para as seguintes obras no bem tombado: restauro da casa, do escritório e do auditório, demolição de todos os anexos com exceção do auditório, e a construção de sanitários e de uma sala para reserva técnica. Na planta que segue o texto do projeto de restauro, datada de setembro de 2008, apontam-se as paredes e anexos a serem demolidos e as obras a serem feitas; na mesma folha, lê-se a justificativa:

O objetivo é resgatar a planta original da residência. Por isso, retiramos as adaptações e instalações provisórias feitas ao longo dos anos. Com isso, a residência volta a ter recuos e se destaca das outras edificações. Abrimos vãos que foram fechados para que a espacialidade da residência pudesse ser vivenciada. O auditório foi preservado em razão da descoberta da boca de cena ser de um antigo teatro da cidade, demolido na década de 50. Além disso, o espaço do auditório será usado pelo museu para cursos e palestras. (CONDEPHAAT. Processo 53.621/06: f.224)

⁴ Ver a descrição do arquiteto de uma casa urbana campineira construída na mesma década (LEMOS, 1999: 220). Também sobre as casas térreas paulistas construídas na segunda metade do século XIX: (MARINS, 2004: 178-179).

Na planta seguinte, que trata da restauração da fachada, a mudança do telhado para o retorno das telhas de capa e canal justifica-se “para que possa ser mais fiel ao período da residência.” (CONDEPHAAT. Processo 53.621/06: f.225)

Como se vê pelo exposto, já nos anos 1970 afirmava-se que a edificação representava as casas urbanas paulistas do Oitocentos, embora tivesse perdido a configuração de sua área de serviços, na parte posterior. Desde o tombamento e ao longo das décadas seguintes, o que se pretendeu proteger foi a residência do Presidente Prudente de Moraes, isto é, o fato de Prudente de Moraes ter morado no local era mais relevante do que a casa ser representativa de uma certa fase da arquitetura residencial no território paulista. (LOWANDE, 2012) Contudo, precisamos compreender o que isso significava, ou seja, como esse valor – ter sido residência de Prudente de Moraes – se viabilizava no manejo do bem cultural ocupado pelo museu ao longo do tempo. Nós o faremos adiante, depois de tratar dos conteúdos históricos mobilizados para o tombamento e a conservação da casa de Rodrigues Alves.



Figura 2- Fotografia da frente da Casa de Rodrigues Alves, na Rua Dr. Moraes Filho, em 1969. Inserida numa série de dez imagens enviadas ao Condephaat pela Prefeitura Municipal de Guaratinguetá.

Fonte: (CONDEPHAAT. Processo 08497/69: f.9)



Figura 3- Fotografia da lateral da Casa de Rodrigues Alves, na esquina da Rua Dr.Morais Filho com a Rua Dr.Martiniano, em 1969.

Fonte: (CONDEPHAAT. Processo 08497/69: f.10)

Em Guaratinguetá/SP, no Vale do Paraíba, na Rua Dr. Moraes Filho número 41, na região central da cidade, está a Casa do Conselheiro Rodrigues Alves.⁵ Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu em 1848, em Guaratinguetá. Em 1875, Francisco de Paula casou-se com uma neta do Visconde de Guaratinguetá, da família Oliveira Borges, que construíra em taipa a casa aqui examinada. Foi depois do casamento, então, que a casa tornou-se a morada de Rodrigues Alves. Em duas ocasiões Rodrigues Alves foi eleito para a Presidência da República, tendo exercido o primeiro mandato entre 1902 e 1906; faleceu no Rio de Janeiro vítima da epidemia de gripe espanhola, no começo de 1919, após ter sido eleito Presidente da República pela segunda vez.

Embora ninguém morasse no imóvel pelo menos desde a metade do século XX, a família permaneceu proprietária da casa em Guaratinguetá até 1979, quando o governo estadual a desapropriou. Três anos depois, o Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves, que existia há vinte anos sediado em mais de um prédio na cidade, sob uma associação de particulares, instalou-se no local. A partir do começo da década de 1980 o museu ocupou a casa em diferentes períodos, pois em algumas ocasiões a falta de condições do prédio colocou em risco o acervo, fazendo com que o museu se transferisse para outros locais da cidade. No momento, o museu não está em funcionamento e a casa está fechada – mesmo depois de ter passado por custosas obras de restauro encerradas em 2010.

O tombamento em nível federal da casa de Rodrigues Alves foi solicitado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e correu paralelamente ao da casa de Prudente de Moraes, iniciando-se em junho de 1964 e terminando com a inscrição no Livro Histórico em dezembro de 1969. (IPHAN. Processo 738-T-64) Além do processo de tombamento, o

⁵ Antes de chegar à Presidência da República, Rodrigues Alves exerceu muitos cargos públicos, entre eles o de Conselheiro do Império, o que explica a denominação dada à casa pela população de Guaratinguetá – “Casa do Conselheiro” – e que foi incorporada diversas vezes nos processos de patrimonialização do imóvel. Para as informações referentes a Rodrigues Alves, valemo-nos da biografia publicada por Afonso Arinos no começo da década de 1970. Por ser casado com uma sobrinha-neta do ex-presidente, o autor teve acesso a inúmeros documentos que estavam sob a guarda da família.

Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, contém quatro pastas de documentos referentes a este bem cultural, duas da Série Obras e duas da Série Inventários.⁶

No órgão estadual, o pedido de tombamento teve origem no próprio Conselho oficial e foi lavrado por Vinicio Stein Campos, que naquele tempo era Conselheiro e Secretário do Condephaat e permanecia como membro do IHGSP e chefe do Serviço de Museus Históricos. Reencapado na metade da década de 1980, este processo tem 35 folhas referentes ao tombamento, que vão de março de 1969 a fevereiro de 1973. Em seguida, vêm incorporadas as cerca de 70 folhas que documentam a desapropriação da casa pelo Governador do Estado, Paulo Egydio Martins, em 1979. (CONDEPHAAT. Processo 8497/69) Além do tombamento, há nos arquivos do Condephaat oito processos que documentam as medidas de conservação do bem cultural nas décadas seguintes ao tombamento.⁷

Vejamos, então, quais os elementos históricos encontrados nesses autos. Da mesma maneira como fizemos com a casa de Piracicaba, selecionamos algumas passagens dos documentos que nos permitam apreender as ideias mais recorrentes e consideradas mais importantes acerca do passado da residência de Rodrigues Alves.

Na metade da década de 1960, insistentemente cobrado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Luis Saia tenta vistoriar a Casa do Conselheiro pela Regional Paulista, mas foi impedido de entrar no local por duas vezes. Naquela altura, os proprietários já não moravam no imóvel, mantendo-o fechado. Vendo a casa por fora, Saia afirmou que “foi bastante modificada no seu exterior”. Por isso e pelo fato de que “as residências em pauta [de Rodrigues Alves e de Prudente de Moraes] nem são exemplares muito significativos de sua época, último quartel do século passado”, Saia não era favorável ao tombamento. (IPHAN. Processo 738-T-64: f.13-15)

⁶ Série Obras-Museus. *Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves*. (1980-1982), Pasta 2555; Série Obras-Diversos. *Guaratinguetá/SP*, Pasta 2617; Série Inventário. *Guaratinguetá/SP: Casa de Rodrigues Alves, fotos 71.214 a 71.231*.(julho/1969). Caixa 606, Pasta 02, E 11; Série Inventário. *Guaratinguetá/SP: Casa de Rodrigues Alves, fotos 71.214 a 71.231*.(julho/1969). Caixa 606, Pasta 02.

⁷ Processo 20129/76. *Vistoria na casa do Conselheiro Rodrigues Alves – Guaratinguetá*; Processo 26605/88. *Solicita Restauração da Casa Rodrigues Alves – prédio tombado pelo Sphan e Condephaat*; Processo 26618/88. *Solicita retirada da placa de mármore da Casa do Cons. Rodrigues Alves, em Guaratinguetá*; Processo 26948/89. *Conclusão das obras da sede oficial do Museu, em Guaratinguetá*; Processo 28915/91. *Solicita autorização para construção no terreno situado à Rua Dr.Moraes Filho nº55 – Guaratinguetá*; Processo 33407/95. *Ofício ao Prefeito Municipal de Guaratinguetá solicitando a imediata paralisação das obras da TELESP próximas ao edifício do MHP “Rodrigues Alves” naquela cidade*; Processo 37666/98. *Solicita aprovação de projeto no imóvel situado na Rua Dr.Moraes Filho nº55 – Centro – Guaratinguetá*; *Proposta de ampliação do Museu Rodrigues Alves*. Interessado: Marcos Cartum Vallandro Keating Arquitetura. São Paulo, 2002.

Em 1969, relatando o processo para a votação que se faria no Conselho do Iphan, Américo Lacombe recomendou o tombamento com a ressalva de que ao Distrito em São Paulo caberia preservar a casa “no estado em que se encontrava quando habitado pelo estadista quando pela segunda vez foi chamado a ocupar a suprema chefia da nação.”⁸ (IPHAN. Processo 738-T-64: f.18-21) No ato de aprovação do tombamento mencionaram-se também os documentos de Rodrigues Alves ainda guardados na casa.

Pelo Condephaat, no começo de 1970, Carlos Lemos vai a Guaratinguetá para vistoriar a casa, mas é impedido de entrar. Repetindo o que Saia afirmara cinco anos antes, verificou que “houve substanciais alterações na construção que, sob o ponto de vista arquitetônico, não merece nossas atenções quanto ao tombamento proposto.” (CONDEPHAAT. Processo 8497/69: f.18) Em seguida, Vinicio Stein Campos expede “parecer histórico” em tom ufanista, afirmando que no futuro seriam necessárias mais pesquisas sobre o passado da casa, mas que só o fato de a casa ter sido residência de um presidente da república já seria razão para tombá-la, e repudia o parecer de Lemos dizendo ver “perfeita identificação do tradicional edifício com a arquitetura do período em que ele [Rodrigues Alves] exerceu tão marcada atuação na política nacional (...)”. (CONDEPHAAT. Processo 8497/69: f.20-21)

Durante as décadas de 1980 e 1990 as inúmeras ocorrências de infiltração de água pluvial obrigaram o Condephaat a conhecer melhor a edificação tombada. É na lida com a deterioração de teto e paredes que o arquiteto Paulo Sgarbi mostra que a causa do problema está na junção entre a parte antiga e a parte nova da casa, sendo a primeira de taipa e a mais recente de tijolo. (CONDEPHAAT. Processo 20129/76: f.162). Nesse período, a maior parte dos autos refere-se aos consertos a serem realizados nos muros e paredes de taipa; nenhuma linha, entretanto, trata das diferenças que a parte de tijolos trouxe à antiga edificação de taipa e aos modos de habitá-la.

No projeto de ampliação do museu apresentado em 2002, a obra para a qual se solicita autorização do Condephaat é a cobertura do quintal da casa, mas, de fato, no desenrolar do projeto percebemos que se trata de uma reestruturação do MHP Rodrigues Alves, pois as muitas páginas elaboradas pelo escritório de arquitetura a pedido da Associação de Amigos do

⁸ Mais de uma vez mencionam-se as fotografias do interior da Casa de Rodrigues Alves produzidas por Herman Graeser, mas as ditas imagens não constam nos autos digitalizados fornecidos pelo Iphan. No Arquivo Central, no Rio de Janeiro, na Série Inventário – Caixa 606, pasta 02, E11 – estão armazenadas 18 fotografias remetidas a Renato Soeiro por Arnaldo Rebollo; no cartão que antecede as imagens, sem informar sobre sua autoria, Rebollo afirma que as fotografias “foram batidas em 5/6/69”.

museu incluem “Análise e avaliação do potencial de uso oferecido pela edificação” e “elaboração de painéis de exposição a serem instalados nas salas existentes, no espaço de exposição a ser criado e/ou nas áreas externas.” (CONDEPHAAT. 2002: f.25) Com efeito, este projeto é bastante respeitoso quanto ao bem tombado, pois de saída pretende levar em conta:

- a) a manutenção da clareza na leitura da tipologia do edifício*
- b) a adequação do novo programa de uso ao potencial oferecido pelo edifício*
- c) o respeito às técnicas construtivas tradicionais utilizadas (...)*
- f) o cuidado à integridade e estabilidade da edificação tombada*

(CONDEPHAAT. 2002: f.24)

Mais adiante, o projeto explica os temas a que se submeterão os painéis da exposição, com muita atenção à história de Rodrigues Alves, da cidade de Guaratinguetá e da casa oitocentista. Com precisão, distingue e vincula expressamente a casa e o museu, comprometendo-se à “valorização dos elementos arquitetônicos do edifício, entendido em si como parte fundamental do próprio museu.” Sob o ponto de vista da relação entre a casa e o museu e sob o ponto de vista de considerar o passado desta edificação específica e do seu patrono nas obras a serem realizadas, este programa organiza-se em torno de princípios bastante consistentes; ainda assim, é frágil quanto aos elementos históricos que facultariam realizar essas proposições. É incerto tudo aquilo que é propriamente histórico no projeto, ou seja, todas as informações objetivas sobre o passado se ressentem da pesquisa que não se empreendeu desde a década de 1960: para a história da edificação permanece o uso da frase “a casa foi erguida antes de 1870, em taipa”; para a história do patrono Rodrigues Alves, copia-se integralmente um texto biográfico marcadamente laudatório que aparecia nos processos oficiais da década de 1980. (CONDEPHAAT. 2002: f.35 e f.34) Além disso, aderindo aos conteúdos veiculados indiscriminadamente pelos jornais, o projeto afirma erroneamente que o imóvel foi doado pela família de Rodrigues Alves ao Estado de São Paulo. (CONDEPHAAT. 2002: f.29)

Já iniciado o século XXI, o projeto para reestruturação do Museu Rodrigues Alves, que incluía o restauro da casa, mostra nitidamente que nessa época, três décadas depois do tombamento, as noções modernas da museologia e as novas concepções de patrimônio cultural embasavam de maneira consistente os princípios de atuação sobre o bem cultural protegido. Neste texto de dezenas de páginas, considera-se o passado da edificação e do seu

patrono, distingue-se e vincula-se o museu e o bem tombado de Guaratinguetá com o propósito de valorizar a edificação como parte do próprio museu. Entretanto, assim como vimos para a casa de Prudente de Moraes em Piracicaba, falta pesquisa histórica que subsidie a construção de conhecimento sobre o passado, seja aquela realizada em fontes documentais, própria do historiador, seja a busca de informação assentada em bibliografia.

Nos processos de tombamento e de conservação das casas aqui examinadas não há referência à bibliografia sobre a sociedade no período cafeeiro, sobre a história da política paulista, da arquitetura neste território e tampouco sobre as famílias proprietárias. Se no interior do Iphan e do Condephaat havia gente que tinha informação sobre a história dessas casas ou de seus moradores – como Afonso Arinos, que escrevera a biografia de Rodrigues Alves -, isso não ficou registrado nos autos dos órgãos de patrimônio e não se incorporou ao manejo desses bens culturais.

Ao longo de mais de quatro décadas muito se decidiu sobre os bens tombados sem conhecer com precisão seus contextos de origem e sem levar em conta a trajetória vivida pelas edificações – jamais se cogitou proteger, por exemplo, a memória do tempo em que a casa de Prudente de Moraes abrigou um Grupo Escolar. Não bastou aderir ao valor maior de as casas terem sido morada de Presidentes da República, era preciso ter aprofundado este entendimento e compreendido as diferentes etapas por que passaram tais bens culturais: da construção, de quando o indivíduo que se tornaria Presidente passou a residir no local, das mudanças nas formas de morar nas cidades paulistas, das mudanças nas formas de edificar etc. Embora desde o começo da patrimonialização já circulasse uma compreensão das ditas residências oitocentistas como propriedades com vastos quintais e áreas de serviço, onde se plantava e se criavam animais, mesmo assim, nos dois casos o foco do manejo sempre esteve na edificação central e as construções anexas foram mantidas ou demolidas na medida em que colaboravam para a visibilidade do prédio principal.

No nosso entendimento, os autos mostram que uma rede de indivíduos atuou para proteger a memória desses dois Presidentes da República por meio do tombamento; com os esforços catalisados por Vinício Stein Campos, vemos que eram homens vinculados às famílias de Prudente de Moraes e de Rodrigues Alves,⁹ muito bem relacionados com os governos municipal, paulista e federal, e vinculados às instituições de memória nos níveis local, estadual e federal – como os museus, os institutos históricos, o Condephaat e o Iphan –.

⁹ Prudente de Moraes Neto, Afonso Arinos e outros.

Antes e depois do surgimento do Condephaat o gabinete do Governador de São Paulo agiu pressionando o Iphan para o tombamento e, tanto em Piracicaba como em Guaratinguetá, em épocas distintas, o Governo estadual assumiu a propriedade dos imóveis de modo a viabilizar a instalação dos Museus Históricos e Pedagógicos; nas duas cidades o MHP só se instalou na casa do Presidente da República depois de o Estado de São Paulo se apropriar do imóvel.¹⁰ Assim, do ponto de vista de uma “política de memória”, estamos seguros de que o vetor preponderante na patrimonialização dessas casas foi o interesse do Governo paulista em consolidar certa identidade regional e projetar a atuação de São Paulo na memória do nascimento da República no país (MISAN, 2008); agindo por tal interesse, valeu principalmente o empenho de Stein Campos, capitaneando a criação dos Museus Históricos e Pedagógicos desde que Jânio Quadros os criara, num decreto de 1956.

Podemos afirmar, então, que esses tombamentos se fizeram para viabilizar os museus, o que agradava a uma gente muito bem relacionada nos órgãos de cultura do país, no meio dos quais estavam alguns descendentes dos Presidentes da República em questão.

Assim, entendemos que apesar dos pareceres arquitetônicos desfavoráveis nas décadas de 1960 e 1970, os tombamentos se efetivaram baseados no atributo histórico de as casas terem sido residência de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves. Esta história, contudo, não precisava ser investigada, conhecida e construída nos órgãos de patrimônio;¹¹ a correspondência arquivada mostra que Iphan e Condephaat esperaram que os dados históricos viessem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, das Prefeituras Municipais e de Vinício Stein Campos, o maior interessado. Ao longo do meio século decorrido depois de tombadas as casas, os órgãos de patrimônio procuraram ser fieis ao valor histórico que sustentou a proteção desde o tombamento; contudo, o que se vê são esforços recorrentes para a conservação das condições físicas dos prédios que, por sinal, sempre se fez em função dos museus ali instalados.

Nos casos aqui examinados, a preponderância dos museus sobre os bens tombados também pode ser mensurada pelas repetidas vezes em que são confundidos e tratados como se fossem a mesma coisa, inclusive por gente dos órgãos públicos. Vejamos aqui, como

¹⁰ No caso de Piracicaba, a troca do imóvel com a Prefeitura na década de 1940 e, posteriormente, o fato de a Secretaria da Cultura estadual ter assumido o controle da casa que antes estava com a Cultura, foi fundamental para que o MHP Prudente de Moraes se instalasse no prédio logo depois de sua criação.

¹¹ A reflexão sobre esta “ausência de história” nos autos referentes às casas desses presidentes da república pode ser amplificada e incrementada com os textos de Walter Lowande, Marcus Ribeiro e Márcia Chuva. Aqui, entretanto, a dimensão da empreitada não possibilita tal abordagem.

exemplo, duas situações em que instâncias federais movimentaram-se no sentido de cobrar o funcionamento do Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves. A primeira deu-se em junho de 1971, quando José Luiz Pasin, diretor do MHPRA, mandou carta ao jornal *Estado de S. Paulo* e ao Coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, denunciando que o museu estava fechado porque não recebeu financiamento estadual e tampouco municipal; na carta Pasin afirma que gostaria de instalar o museu “no solar onde nasceu e residiu o Conselheiro Rodrigues Alves”. Diante da denúncia, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, num papel com dois grandes carimbos de “confidencial” em vermelho, oficiou o Iphan cobrando o funcionamento do museu. Renato Soeiro esclareceu que embora o imóvel tivesse sido tombado, ainda era propriedade dos herdeiros do Presidente Rodrigues Alves, com quem seria preciso entrar em acordo para instalar o museu no local. (DPHAN, 1964, f.56-ss) A segunda situação ocorreu em 18 de março de 2014, quando o Ministério Público Federal, pela Procuradora da República de Guaratinguetá Flávia Rigo Nóbrega, quis apurar denúncia de má gestão do MHPCRA e, para isso, oficiou a Prefeitura para que em 15 dias informasse: “se o imóvel denominado ‘Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves’ (...) encontra-se devidamente restaurado e revitalizado, informando a origem dos recursos utilizados”.¹² Como se vê, o texto do Ministério da Educação em 1971 e o texto do Ministério Público Federal de 2014 confundem a edificação tombada com o museu, com evidente prevalência deste último sobre a primeira.

Mesmo analisando mais de perto, olhando diretamente a maneira como o museu se abriga no interior da edificação tombada e como se relaciona com ela, percebe-se o bem tombado diminuído em favor do museu. Em Piracicaba, não se menciona ao longo das exposições que aquela edificação, no interior da qual se encontra o visitante, foi a residência de Prudente de Moraes. Mesmo quando se refere ao seu casamento e à casa onde veio morar com a esposa, nem mesmo nesta situação se explicita ao visitante que a residência de que trata a legenda é aquela no interior da qual ele se encontra. Sobre o testamento deixado pelo Presidente, a legenda revela que a viúva “foi contemplada com a casa da Rua Santo Antonio”, mas também não explicita que a casa em questão é justamente aquela em que se apoiam os painéis da dita exposição. Em Guaratinguetá, o último projeto de reestruturação apresentado,

¹² Disponível em: www.prsp.mpf.mp.br/sala-deimprensa/noticias_prsp/Doc_Museu_Guaratingueta.pdf/view. Acesso em: 8 jan.2015.

a que nos referimos no começo desta parte do texto, propunha, na sequência dos painéis, incorporar a história do Presidente da República e da casa em que morou.

No limite, depois dos tombamentos, parece-nos que os órgãos de patrimônio não precisavam se ocupar da história dos presidentes da república porque os museus, aos quais as casas se destinavam, cumpririam esta tarefa. Os museus, por sua vez, vieram se modernizando, atualizaram os conteúdos históricos que veiculam em suas exposições, mas não conseguem incorporar a materialidade da edificação ao seu discurso sobre o passado senão representando-a em painéis, seja em imagem ou em texto.

Temos visitado no território paulista vários bens tombados que são sedes de museus históricos. Em todos os casos se repete o que ocorre nas casas de Prudente de Moraes e de Rodrigues Alves:¹³ o bem edificado não é referido diretamente na exposição, não é usado como fonte de informação. Ocultado pelo mobiliário expográfico, o prédio não pode falar sobre o passado. Sobre o passado, só a exposição pode falar, e ela, quando trata da edificação, fala por meio de painéis, ignorando a materialidade próxima e evidente de paredes, janelas, portas, quintais, telhado e tudo o mais que está ali, ao alcance do olhar do visitante.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. IN: BARRIO, Ángel Espina, MOTTA, Antonio e GOMES, Mário Hélio (orgs.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010, p. 52-63.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras e CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: UFBA, 2011, p.49-66.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. *Patrimônio: práticas e reflexões*. Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro, Copedoc/IPHAN, 2008, p.27-43.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

¹³ Valem menção: Hospedaria dos Imigrantes, Solar da Marquesa de Santos e Solar do Barão de Jundiá.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GRIGOLETO, Maira Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”*. Marília. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp, 2009.
- HAYDEN, Dolores. *Urban Landscapes as Public History*. Cambridge/Massachusetts, London/England: MIT Press, 1997.
- HORTON, Lois E. Avoiding History: Thomas Jefferson, Sally Hemings, and the Uncomfortable Public Conversation on Slavery. HORTON, James Oliver and HORTON, Lois. *Slavery and Public History: The Tough Stuff of American Memory*. New York: The New Press, 2006, p.134-149.
- HUNT, Lynn, APPLEBY, Joice and JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: W.W.Norton & Company, 1995.
- LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LOEWEN, James W. *Lies across America: what our historic sites get wrong*. Touchstone Book: New York, 2000.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Historiografia e patrimônio: singularidades narrativas e práticas. IN: CHUVA, Márcia e NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p.79-92.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: University Press, 2003.
- MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. IN: SETÚBAL, Maria Alice (dir.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2004, p.89-190.
- MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, v.16, n.2, p.175-204, jul./dez.2008.
- RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília. n.34, p.223-247, 2012.

- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado/ Condephaat/FAPESP, 2000.
- ROSENZWEIG, Roy, BENSON, Susan and BRIER, Stephen. *Presenting the Past: essays on History and Public*. Philadelphia: Temple University Press, 1986.
- SIQUEIRA, Lucília Santos. A história da Casa de Prudente de Moraes em três tempos: no tombamento, nos restauros e na atualidade. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v.10, n.1, p.48-67, jan./jun.2014.
- SOUTHGATE, Beverley. *What is history for?* London/New York: Routledge, 2005.